

IX ENCONTRO DA ABCP

Brasília

4 a 7 de agosto de 2014

Eleições e Representação Política

EXECUTIVO ESTADUAL FAZ DIFERENÇA?

A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012

Silvana Krause (UFRGS)
krausesilvana@yahoo.com.br

Dirceu André Gerardi (PUCRS)¹
andregerardi3@hotmail.com

¹ Bolsista Prosup/Capes

04 a 07 de agosto de 2014

EXECUTIVO ESTADUAL FAZ DIFERENÇA?

A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012

Silvana Krause (UFRGS)

Dirceu André Gerardi (PUCRS)

Resumo: O PSD em menos de seis meses instalou comissões provisórias e diretórios em 84% dos 5.565 municípios brasileiros no ano de sua fundação. Seu “impulso” fundador se fundamentou predominantemente de forma descolada da sociedade, com foco estratégico sustentado na classe de políticos com mandatos. O papel irradiador organizativo do partido foi predominantemente centralizado no executivo estadual, garantindo ao PSD grande capilaridade.

O objetivo geral deste trabalho é verificar o desempenho do PSD em sua estreia eleitoral. Em primeiro lugar pretendemos traçar a origem partidária dos prefeitos que aderem ao PSD no ano da sua fundação. Posteriormente iremos traçar o perfil de capilaridade das candidaturas da legenda ao executivo local, bem como as candidaturas eleitas e reeleitas pelo partido.

Nossa hipótese diz que estados em que o PSD tem o executivo, há maior adesão dos prefeitos ao PSD, uma maior capilaridade na apresentação de candidaturas nos estados, maiores chances de eleger prefeitos e de reelegê-los quando comparados a estados sem controle do executivo.

Palavras-chave: Governador; Eleição, Reeleição; Prefeitos; PSD.

1. Introdução

Partidos que tem como fonte impulsionadora o Estado não são novidade no Brasil. Campello de Souza (1976), Lima Junior (1983), Lúcia Hipólito (1985) e D´Araújo (1995) observando o multipartidarismo (1945-1965) identificaram que o então PSD e PTB tiveram suas raízes fomentadoras sustentadas em quadros políticos provenientes do Estado Novo.

Os casos da ARENA durante o autoritarismo e o PDS com a transição – iniciada com a reforma partidária de 1979 – são exemplos que desta tradição. A criação do PSD em 2011 reforça a questão, quando consideramos que a máquina estadual e quadros políticos

instituídos são variáveis centrais para a criação e impulsão de novas organizações partidárias. Em menos de seis meses de existência o partido garantiu presença organizativa em 84% dos municípios brasileiros. Em alguns estados, como Amazonas – marcado pela complexa e dificultosa acessibilidade aos municípios – 100% dos municípios haviam implantado comissões provisórias e diretórios². O fato de seu surgimento ocorrer descolado da sociedade³ e centrado na classe política com mandatos, faz toda a diferença. Portanto, centralizar no executivo o papel irradiador do partido, garantiu ao PSD grande capilaridade, e isso influí na relação entre a quantidade de comissões provisórias, diretórios, filiados e políticos (KRAUSE; GERARDI, 2012). Primeiro, percebeu-se que em estados com executivo estadual do PSD existe uma maior quantidade de filiados, diretórios e comissões provisórias, bem como detentores de mandatos políticos, entre eles: deputados federais e estaduais, prefeitos, além de vereadores. Segundo, o PSD é um partido criado especialmente a partir da máquina do estado por políticos com mandatos, isso significa, que contam com recursos políticos e seletivos diferenciados (PANEBIANCO, 1988) .

Neste trabalho nossas hipóteses afirmam que, estados onde o executivo estadual está sob a direção do PSD⁴ proporcionalmente conseguiram: a) maior adesão de prefeitos, b) adquiriram maior capilaridade de candidaturas nos Estados, c) elegeram e reelegeram mais prefeitos, se comparado a Estados onde não tem a direção do executivo estadual do partido.

Sob tal perspectiva, vamos primeiramente mostrar a origem partidária e regional dos prefeitos que aderiram ao projeto do PSD no ano de fundação. Intencionamos demonstrar que esta origem é heterogênea, tanto sob a dimensão da filiação partidária originária, quanto à dimensão deste perfil quando observado regionalmente.

Segundo vamos analisar a capacidade de expansão de apresentação de candidaturas à prefeitura, a eleição e reeleição em situações com estados com e sem o poder executivo estadual e o desempenho eleitoral do PSD em 272 municípios brasileiros onde prefeitos aderiram ao PSD em 2011.

² Conforme legislação partidária brasileira, quando um partido é fundado, ele tem o prazo de um ano para atingir um número mínimo de filiados que possibilite a realização de convenções e a constituição de diretórios em pelo menos nove estados. Durante este período são constituídas comissões provisórias.

O trabalho de GUARNIERI (2011) demonstra que a existência de comissões provisórias municipais está acima da expectativa esperada. Algumas comissões provisórias têm prazo de validade indeterminado. Embora esse procedimento não se constitua em um ato de ilegalidade, a não ser que fira o estatuto partidário, quando uma comissão é nomeada por tempo indeterminado é retirado seu caráter provisório e, na prática, o órgão partidário que fez a nomeação fica com a garantia de que, a qualquer momento, poderá nomear outra comissão provisória. Esta situação tem um significado de maior garantia controle para os dirigentes partidários. São eles que escolhem os membros das comissões provisórias, e os delegados às convenções. Isto possibilita o controle da legenda por uma só pessoa ou um pequeno grupo de filiados locais

³ Sobre este debate ver: BLYTH e KATZ, 2005; KATZ e MAIR, 1993, 1994, 1995; MAIR, 1994; VAN BIEZEN e Kopecky, 2014, BOLLEYER, 2009; 2013.

⁴ Entendemos por direção do PSD estados em que o governador ou o vice são do PSD.

Serão considerados 26 estados, em função do Distrito Federal não eleger Prefeito⁵. Para concretizar os objetivos deste trabalho, empregaremos dados do TSE sobre candidaturas e eleitos em 2008 e 2012 e, um banco de dados cedido pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios), que apresenta a migração dos prefeitos ao PSD no ano de 2011. Do cruzamento dos dados do TSE com os da CNM, traçaremos a origem institucional dos prefeitos eleitos em 2008 (que aderem ao PSD em 2011). Com esta informação foi possível mapear 272 municípios brasileiros, permitindo assim, organizar um perfil das candidaturas, dos eleitos, e objetivamente, dos prefeitos reeleitos pelo PSD nas eleições municipais de 2012.

O trabalho está dividido em duas dimensões: a primeira contextualiza o problema investigado e analisa o perfil dos prefeitos que aderiram ao PSD em 2011; já a segunda apresenta um panorama dos candidatos à prefeitura em 2012, onde verificaremos o impacto dos governadores na capilaridade das candidaturas do partido nos estados, nos candidatos eleitos e reeleitos.

2. A ORIGEM PARTIDÁRIA DOS PREFEITOS DO PSD

Na literatura moderna, já há uma reflexão clássica sobre o contexto genético na formação das organizações partidárias. São destacados fatores que estimulam o surgimento de novos partidos, como períodos de ruptura institucional, demandas de participação de setores excluídos do sistema político, mudanças econômicas e crises de naturezas distintas (DUVERGER, 1957, LAPALOMBARA; WEINER, 1966, 1969). Também necessidades de adaptação a um novo mercado eleitoral e a perda de vínculos dos partidos com a sociedade (KIRCHHEIMER, 1990; KATZ; MAIR, 1993, 1994, 1995; MAIR, 1997; SAFRAN, 2009) abrem espaço para a formação de novas legendas e novas lideranças com perfil carismático (PANEBIANCO, 1988).

Mais recentemente há também análises específicas, não preocupadas em compreender o surgimento de novas organizações em democracias consolidadas (WILLEY, 1998; HAUSS and RAYSIDE, 1978; HARMEL and ROBERTSON, 1985), mas observar a formação de novas organizações nas jovens democracias do Leste Europeu, América Latina, Ásia e África. (TAVITS, 2008; VAN COTT, 2003).

⁵ O Distrito Federal não elege prefeito, e sim um governador que tem a mesma atribuição. Apesar de haver 31 cidades, que são consideradas regiões administrativas, esses administradores, são cargos de livre nomeação do governador (cf. <http://www.gdf.df.gov.br>).

O pano de fundo da preocupação trata principalmente a questão da estabilização do sistema partidário e a relação com a qualidade da democracia. As abordagens podem ser classificadas a partir de três principais variáveis-explicativas (KESTLER, KRAUSE e LUCCA, 2013, p.160): a) condições sociais como clivagens e mudanças sociais b) Alteração de valores e crises de representação c) condições institucionais associadas à representação proporcional, federalismo, sistema de governo, legislação partidária d) dinâmica dos atores (cálculos das elites partidárias).

Uma preocupação que também se apresenta no estudo de novos partidos é com “o que há de novo nestas organizações?”. Ou seja, “O partido fundado já está inserido no sistema político, pois é advindo predominantemente de quadros políticos já instituídos?”. Novos partidos nem sempre representam novas demandas, politização de tensões e/ou clivagens sociais, ou setores excluídos que demandam a integração no sistema político HARMEL/ROBERTSON (1985). O reordenamento de elites já incluídas no jogo político que se apresentam, após um cálculo estratégico, sob a forma de uma nova legenda, é comum em diversos sistemas partidários. Cisões e/ou fusões que geram novos partidos também. Esta é uma agenda ainda pouco explorada de modo mais sistemático na ciência política⁶.

O surgimento do PSD não decorre de um contexto de crise, mas de estabilidade política e econômica. O *Kadima*, por exemplo, partido israelense originado de uma liderança carismática associada ao Primeiro Ministro Ariel Sharon, conquistou a simpatia do eleitorado e uma importante base do *Likud*. O dado a ser destacado aqui, é que Sharon, líder e fundador do *Kadima*, organiza o partido momentos antes das eleições de 2006, sendo diretamente erigido pela máquina governamental (BARNEA; RAHAT, 2010, p. 312).

Segundo Katz e Mair é essencial para compreender as organizações partidárias (1994, p. 8) a aproximação dos partidos ao Estado, cada vez mais dependentes dos cargos e recursos, necessários à sua sobrevivência. Assim, o modelo genético do PSD e do *Kadima* apresentam um traço comum, pois se originam especialmente de dentro da máquina do Estado. O fato de um partido ser criado pelo chefe político com mandato, coloca em suas mãos não somente recursos governamentais que permitem atrair as atenções de políticos interessados em manter carreiras, mas também de partidos que procuram alianças. Esse é o caso do PSD em muitos estados brasileiros, como exemplo, a Bahia e Pernambuco⁷, onde o PT ajudou a inflar a sigla, direcionando oposições, e facilitando o acesso a recursos. O

⁶ BARNEA, Shlomit; RAHAT, Gideon. ‘Out with the old, in with the new’: What constitutes a new party?. *Party Politics*, 2011, nº 17.

⁷ Nestes dois estados, os vice-governadores são os fundadores do partido, com apoio dos chefes executivos. Interesse, também está na continuidade da aliança que buscam reeleições.

acordo entre PT e PSD seria o apoio à reeleição da Presidente Dilma Rousseff em 2014 nestes estados.

O principal traço do PSD é sua base de políticos detentores de mandatos eletivos⁸, com destaque os governadores e vice governadores. Estudo exploratório sobre a origem genética do partido, já indicou que sua composição, não é exclusividade de lideranças advindas do PFL/DEM ou PSDB. (KRAUSE; GERARDI, 2012).

A tabela 1 indica, em primeiro lugar, a pluralidade da origem partidária dos prefeitos que aderiram ao partido no ano de sua fundação. São nada menos 22 partidos que compõem o leque do universo dos partidos “abandonados” pelos prefeitos que optaram continuar sua carreira política na nova agremiação.

Em segundo lugar, os dados confirmam que o fenômeno da criação deste novo partido é mais complexo do que meramente uma reação de elites políticas do DEM. Apenas 26,1% dos prefeitos brasileiros, que aderiram ao PSD, vieram do DEM. Destaca-se o significado de vários pequenos partidos, muitos com alguma expressão regional, que perderam seus prefeitos para o PSD. Esta informação indica a estratégia de elites locais em buscar alternativas locais para suas carreiras, visando se adaptar à competição política, considerando a conjuntura nacional e de seus estados. O PSD, na sua fundação, oferece uma oportunidade de se realocar no cenário político com um discurso maleável e flexível para manter se ou aproximar se ao poder executivo. Se por um lado, a conjuntura de criação do PSD é reflexo do momento de hegemonia do PT no cenário nacional, por outro é também reação de lideranças sem perspectiva de posicionamento nos partidos de oposição. O discurso fundador da legenda deixa isto explícito com as falas do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Do ponto de vista de seu alinhamento ideológico a legenda não se posiciona como “*de esquerda ou de direita*”, procurando assim se definir com um perfil amplo e gelatinoso, capaz de dar um maior espaço de atuação política. Mais do que não ser de direita ou de esquerda a sigla procura se apresentar como algo novo, sem os “*vícios dos partidos do passado*”. Elemento central na construção do partido é o discurso fundador associado a um posicionamento flexível em relação ao executivo nacional, capaz de aproximações e alianças. Emblemática é a fala do presidente da legenda, então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, quando expressa sua estratégia de apoio ao executivo nacional e descontentamento com a oposição: “*Estaremos ao lado do governo federal em relação aos projetos que acreditamos que sejam melhores para o País...Essa é a razão da minha saída do DEM. Eu me sinto*

⁸ No ano da fundação do partido: Dois governadores de (SC e AM). Seis vice-governadores (SP, TO, MT, RN, PB e BA), 54 deputados federais, 104 deputados estaduais e 272 prefeitos.

*desconfortável em um partido que quer votar sempre contra porque é contra. Eu acho que, acima dos partidos, existe os interesses do País.”*⁹

Do ponto de vista de lideranças locais o PSD também oferecia uma alternativa promissora de maior acesso à incentivos celetivos aos prefeitos, dado que o partido, já na sua fundação, tinha a quarta maior bancada federal com 11% da representação e a adesão de 9,6% de deputados estaduais no país.

Em terceiro lugar é interessante observar a diversidade do padrão regional. O perfil dos prefeitos que aderiram ao PSD corrobora com a tese clássica de Lima Junior, quando destaca a existência de uma dinâmica competitiva baseada em uma “racionalidade contextual”, inserida em subsistemas partidários regionais/estaduais no período de 1945-1964. A região sul apresenta o maior percentual de prefeitos do PSD que vieram do DEM (51,92%), seguida do Sudeste (29,63%).

Destaca-se também a região nordeste, que apresenta o maior leque de diferentes partidos que foram abandonados pelos prefeitos. Ao todo, os prefeitos do nordeste que aderiram ao PSD, vem de um universo de 19 partidos, uma tendência muito diferenciada das outras regiões.

Por fim, é importante observar que proporcionalmente pela quantidade de municípios existentes por região, o Centro Oeste é o que registrou o maior percentual de adesão de prefeitos (11,1%), seguido pela região norte (7,7%).

Tabela 1- Origem Partidária dos Prefeitos que aderem ao PSD em 2011 por região (%)

Partido	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Norte	Sudeste	% Partido Nacional
DEM	(20)19,23%	(7)12,73%	(27)51,92%	(9)26,47%	(8)29,63%	(71)26,1%
PMDB	(14)13,46%	(8)14,55%	(3)5,77%	(3)8,82%	(3)11,11%	(31)11,4%
PP	(6)5,77%	(17)30,91%	(2)3,85%	(4)11,76%	(1)3,70%	(30)11,0%
PSDB	(17)16,35%	(3)5,45%	(2)3,85%	(2)5,88%	(3)11,11%	(27)9,9%
PR	(7)6,73%	(8)14,55%	(1)1,92%	(5)14,71%	(2)7,41%	(23)8,5%
PDT	(9)8,65%	(1)1,82%	(4)7,69%	(2)5,88%	(2)7,41%	(18)6,6%
PPS	(2)1,92%	(6)10,91%	(7)13,46%		(1)3,70%	(16)5,9%
PTB	(7)6,73%	(2)3,64%	(2)3,85%	(3)8,82%	(1)3,70%	(15)5,5%
PSB	(5)4,81%		(2)3,85%	(1)2,94%	(2)7,41%	(10)3,7%
PMN	(5)4,81%		(1)1,92%	(1)2,94%		(7)2,6%
PV	(2)1,92%				(3)11,11%	(5)1,8%
PT	(2)1,92%			(1)2,94%	(1)3,70%	(4)1,5%
PtdoB	(2)1,92%	(2)3,64%				(4)1,5%
PCdoB	(1)0,96%		(1)1,92%	(1)2,94%		(3)1,1%
PTN				(1)2,94%		(1)0,4%
PRTB		(1)1,82%				(1)0,4%
PSDC				(1)2,94%		(1)0,4%

⁹ <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2011/03/21/kassab-anuncia-oficialmente-criacao-de-novo-partido/>

PRB	(1)0,96%					(1)0,4%
PSC	(1)0,96%					(1)0,4%
PHS	(1)0,96%					(1)0,4%
PSL	(1)0,96%					(1)0,4%
PTC	(1)0,96%					(1)0,4%
Mudaram de Partido	(104) 100%	(55) 100%	(52) 100%	(34) 100%	(27) 100%	(272) 100%
Municípios	(1793) 5,8%	(494) 11,1%	(1190) 4,4%	(449) 7,6%	(1668) 1,6%	(5595) 4,9%
% Prefeitos que aderiram						

Fonte: CNM

Os estados de SC e AM são os que o chefe do executivo estadual é incumbido de formar a sigla. A utilização da máquina é clara em SC, possível, pela utilização de burocracias responsáveis por descentralizar a administração pública em 36 regiões do estado. Trata-se das Secretarias de Desenvolvimento Regional – (SDR). Estas estruturas, acomodam uma grande quantidade de comissionados, cargos que são preenchidos pela indicação de lideranças locais e, nomeados pelo governador. Assim, estes organismos acomodam elites que devem lealdades a estas lideranças regionais e ao poder executivo. Na fase organizativa do PSD, estas lealdades foram responsabilizadas por produzir uma rede de filiações em 6 das 36 SDR's¹⁰. O exemplo mais claro disso, é observado na SDR de Ibirama¹¹, localizada no litoral catarinense.

Uma pergunta que surge: existe diferença desta adesão em estados com e sem executivo estadual do PSD?

¹⁰ As secretarias que apoiaram foram: (Mafrá, Ibirama, Brusque, Seara, Laguna e São Lourenço do Oeste)

¹¹ O exemplo de como as SDR's foram acionadas nas filiações pode ser exemplificado pela SDR de Ibirama: Em **Presidente Nereu**, 21 filiados, dentre os quais dois Vereadores: Salesio Pereira (ex-DEM) e Aurino Mainchain (ex-DEM); um ex-prefeito: Vanderlei Voltolini (ex-DEM). Em **Lontras**, 36 filiados, sendo três vereadores: Valter Vanderley Correa de Mello (ex-DEM), Osmar Zuvetsch (ex-DEM) e Jose Carlos Cardoso (ex-PMDB); a prefeita: Martina Zucatelli (ex-DEM); o ex-prefeito: Valdir Zucatelli (ex-PFL). Em **Apiúna**, o arrastão do PSD rendeu 140 filiações: dois vereadores: Amarildo Moser (ex-DEM) e Rolando Strey (ex-DEM), e três ex-prefeitos: Nicanor Morro (ex-PFL), Mário Roedel e Roberto Schulze (ex-PFL). Em **Ibirama**, foram 72 pessoas filiadas: quatro vereadores: José Vanderlei da Silva (ex-DEM), David Vinci (ex-DEM), Gilson Ferreira da Silva (ex-DEM) e Osório Zermiani (ex-DEM); o prefeito: Duílio Gerhke (ex-DEM); o ex-prefeito: Odório de Andrade (ex-PFL) e Genesio Ayres Marchetti (ex-DEM), atual Secretário Regional. Em **Presidente Getúlio**, houve 70 filiações: dois vereadores: Luiz Carlos Wilhelm (ex-DEM) e José Miguel Klug (ex-PPS); o ex-prefeito: Ivo Adami (ex-PPS). Em **Dona Emma**, 60 Filiados engrossaram as hostes da nova sigla partidária, sendo seis vereadores: Marcondes Marques (ex-DEM), Udomar Paupitz (ex-DEM), Valdino Pandini (ex-DEM), Antonio Carlos Wolff (ex-PR), Marildo Duarte (ex-PR) e Nilo Graupner (ex-PR), o vice-prefeito: Valdir Pavanello (ex-DEM) e o ex-prefeito: Elimar Eltermann (ex-PFL). Em **Witmarsun**, os 33 filiados incluíram três vereadores: Cesar Panini (ex-PMDB), Cleonis Kemper (ex-DEM) e Sergio Rojano Borges (ex-DEM). Em **Vitor Meireles**, foram 46 filiações, dentre as quais o vereador: Airtón Ari Zonta (ex-DEM). Em **José Boiteux**, os 20 filiados incluíram o vereador: Jonas Pudewell (ex-DEM). PSD dá largada para se tornar a 2ª maior legenda de SC. <http://www.adjorisc.com.br/especiais/psd-da-largada-para-se-tornar-a-2-maior-legenda-de-sc-1.966920#.U6FropSwKGo> Acesso: 18/06/2014.

O ponto inicial da fase organizativa do partido ocorre preponderantemente pela adesão de governadores e vice-governadores de estado, participação que impactou de forma diferenciada na agregação de prefeitos.

3. O EXECUTIVO ESTADUAL E A ADESÃO DOS PREFEITOS AO PSD

A aproximação de prefeitos ao executivo estadual cria condições favoráveis de concorrer à reeleição em 2012. O ingresso na sigla possibilita um melhor acesso a recursos políticos e seletivos, proporcionando vantagens na arena eleitoral, impulsionando a reeleição.

A tabela 2 apresenta os estados com executivo estadual com as maiores média percentuais de prefeitos que aderem ao PSD; ao passo que estados sem executivos estaduais do PSD, tem baixas médias percentuais de adesão.

Por sua vez o gráfico 1 ilustra os percentuais por unidades federadas e ficam claras as diferenças em ambientes que tem a presença do executivo filiado ao PSD em relação aos estados governados por outros partidos.

Tabela 2 - Adesão de prefeitos em estados com executivo e sem executivo estadual do PSD

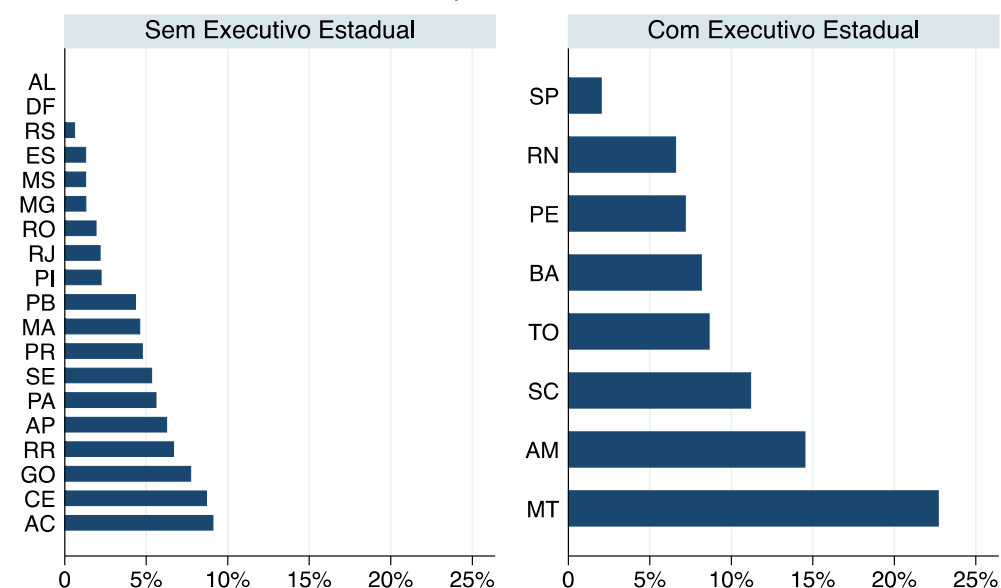
	Mean	Sd	Min	Max
Com executivo	.1012017	.0622796	.020155	.2269503
Sem executivo	.0388738	.0293993	0	.0909091
Total	.0573413	.0498377	0	.2269503

Fonte: CNM

Gráfico 1:

Adesão de Prefeitos ao PSD em 2011

% por estado



Fonte: CNM

4. A CAPILARIDADE DAS CANDIDATURAS À PREFEITO

A propaganda partidária do PSD momentos antes das eleições de 2012 utilizava o argumento de um partido que faria uma “nova” política, e que nasceu “forte” – vigor que provém principalmente do esforço dos governadores na institucionalização do partido. O acesso a recursos políticos e seletivos empregados – seja à coleta de assinaturas ou motivando adesões as fileiras do partido – permitiram um avanço vertiginoso sobre território nacional.

Para as eleições de 2012, segundo o TSE, candidataram-se 16.091 prefeitos¹² em 5.595 municípios. Deste universo, o PSD inscreveu 1.149 candidatos, que representaram 7,1% do total das candidaturas apresentadas em todo o país. A legenda apresentou em 21,8% dos municípios brasileiros candidaturas.

A análise mostra a mesma tendência observada anteriormente. As melhores médias de candidaturas inscritas do PSD são alcançadas em estados que são administrados pelo PSD. Vale salientar que nem sempre a maior quantidade de candidatos inscritos garante que o partido amplie sua força eleitoral. Por outro lado, essa informação é relevante na medida em que demonstra a capacidade de abrangência territorial das candidaturas e a competitividade

¹² Os dados do TSE apresentam candidatos de primeiro e segundo turnos agregado, desta forma, do valor total, subtraímos os candidatos à segundo turno que totalizaram 98 casos.

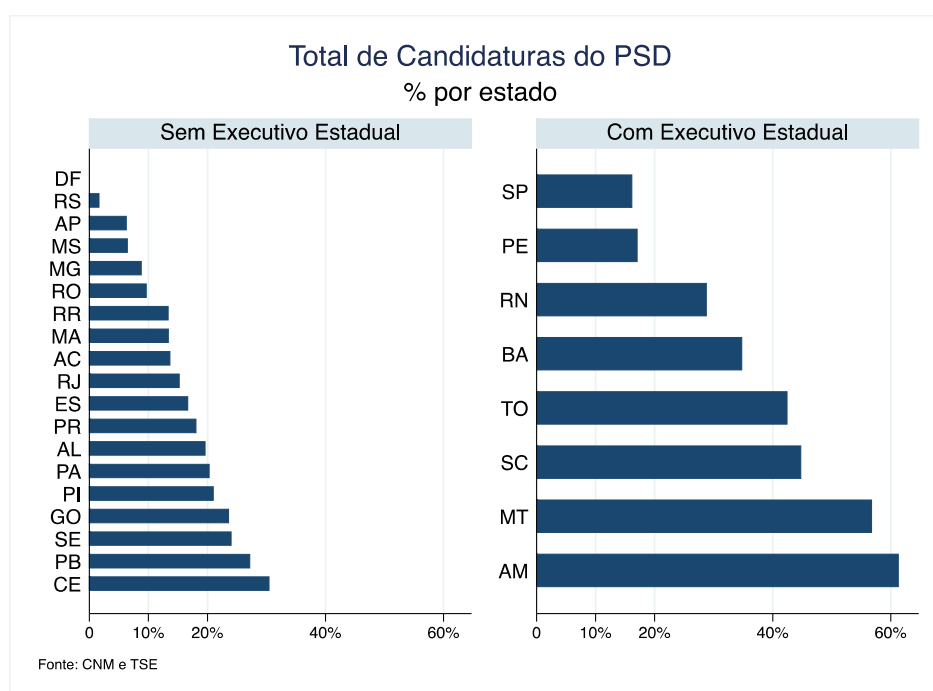
do partido (Tabela 3). Essa distribuição pode ser visualizadas no Gráfico 3. A máquina do estado é fundamental para organizar a competição ao poder local e articular candidatos.

Tabela 3 - % de candidaturas do PSD por estado

Tipo de Executivo	Mean	Sd	Min	max
Sem Executivo Estadual	.1521051	.0838834	0	.3043478
Com Executivo Estadual	.3773735	.1678537	.1612403	.6129032
Total	.2188513	.1531164	0	.6129032

Fonte: CNM e TSE

Gráfico 1



5. OS ELEITOS DO PSD

O PSD nas eleições de 2012 ao eleger 497 prefeitos em 9,4% dos municípios brasileiros, tornou-se a quarta força política municipal¹³. Nos estados em que o executivo estadual é do PSD o percentual médio de prefeituras conquistadas foi de 18,9%, enquanto nos demais estados sem executivo do partido, a média é 5,4% (Tabela 4). Atentando ao total de prefeituras do PSD em 2011 (272) em relação às conquistadas em 2012 (497), fica claro que a presença partidária em nível local aumentou 9,8% nos estados com executivo do PSD e 3,6% nos demais estados. Portanto, estados com executivo estadual do PSD, elegem

¹³ Ficando atrás do PT (11,41%), PSDB (12,41%) e o PMDB, partido que mais elegeu prefeitos com (18,39%). Uol Eleições 2012. Desempenho dos partidos nas eleições de 2012.

<http://eleicoes.uol.com.br/2012/raio-x/partidos-e-prefeitos/numero-de-prefeitos-eleitos/> Acesso: 23/06/2014.

proporcionalmente mais prefeitos que estados sem executivos estaduais como o Gráfico 3 demonstra.

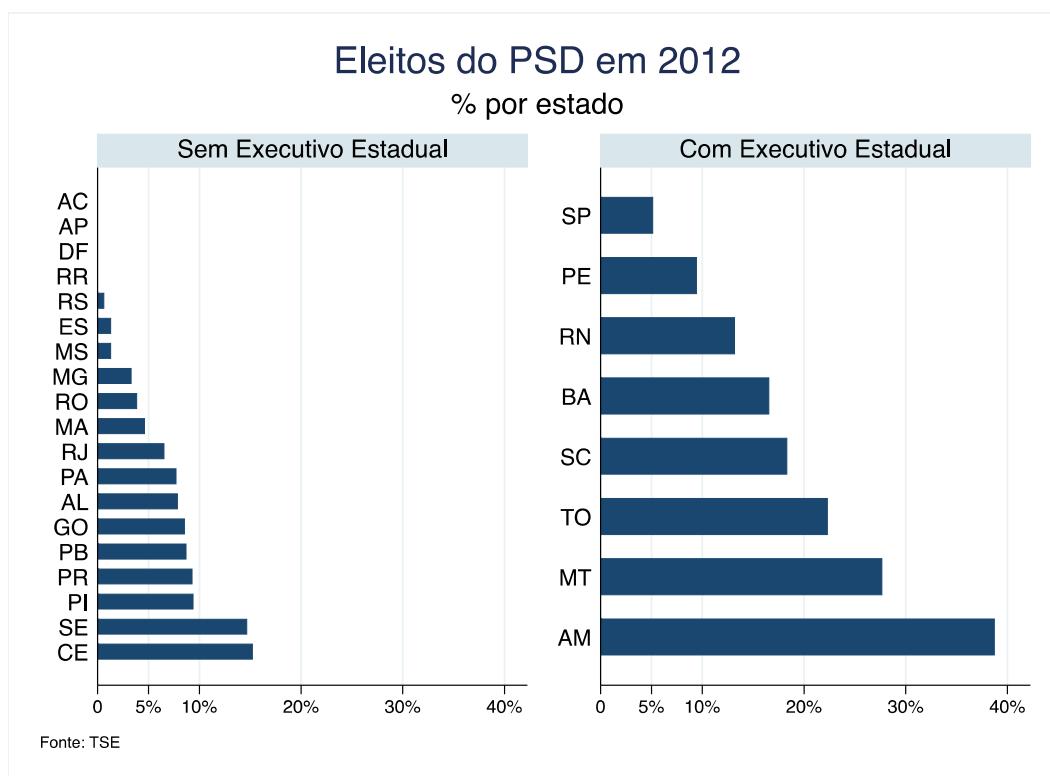
Os dados reforçam as tendências observadas em relação à importância do executivo estadual para a adesão dos prefeitos ao partido e apresentando candidaturas nos municípios brasileiros.

Tabela 4 - % Prefeitos Eleitos do PSD em 2012

	Mean	Sd	min	Max
Sem Executivo Estadual	.0540671	.0487231	0	.1521739
Com Executivo Estadual	.1890378	.1068596	.0511628	.3870968
Total	.0940584	.0930713	0	.3870968

Fonte: TSE

Gráfico 2



6. OS CANDIDATOS À REELEIÇÃO E OS REELEITOS DO PSD

Como vimos nas sessões anteriores, os estados em que o chefe do executivo estadual é do PSD houve maior incentivo à migração de uma base de prefeitos detentores de mandatos, que buscavam a reeleição em 2012. Cabe salientar que nem todos os prefeitos que aderem ao partido buscaram a reeleição. Os motivos são diversos, como candidaturas indeferidas, cassações e renúncia. Mais do que tentar encontrar respostas para os motivos que levaram parte dos prefeitos não lançar candidatura em 2012, procuramos verificar quem se reelegeu.

Com base nos prefeitos que aderem ao partido em 2011, apenas 70,7% buscaram a reeleição. Os estados com executivo do PSD tiveram média de recandidaturas situada em 76,4% e, nos estados sem executivo estadual foram de 68,4%.

A tabela 5 apresenta o percentual médio da abrangência de prefeitos que concorrem a reeleição por estado. Nele é possível perceber que a medida entre a razão das candidaturas à reeleição em relação ao total de municípios destes estados é de 8,2% dos municípios onde o executivo estadual é do PSD, enquanto nos estados sem executivo do partido, o dado é média de 3%.

No total concorreram a reeleição 208 prefeitos, destes 49,5% alcançaram a reeleição, totalizando 103 prefeitos, que estiveram em sua maioria, como esperado, nos estados em com executivo estadual. Assim contata-se, com base nas evidências, que estados em que o executivo estadual era do PSD, têm um percentual médio de 4% das prefeituras destes estados, enquanto os outros estados, esse dado significou 1,1% (Tabela 6).

O gráficos 5 e 6 apresentam este dado por estado. Assim, constata-se, com base nas evidencias, que os estados em que o chefe executivo é do PSD para o pleito eleitoral de 2012, os candidatos, eleitos e reeleitos, também apresentaram as melhores médias. Isso permite afirmar que os chefes executivos, exercem um peso diferenciado, no que tange a presença da sigla partidária em nível local, proporcionando suporte para ampliação da base política, assim como a manutenção de parte da sua base original, que fundamentou a formação da sigla em 2011, como base no apoio dos governadores.

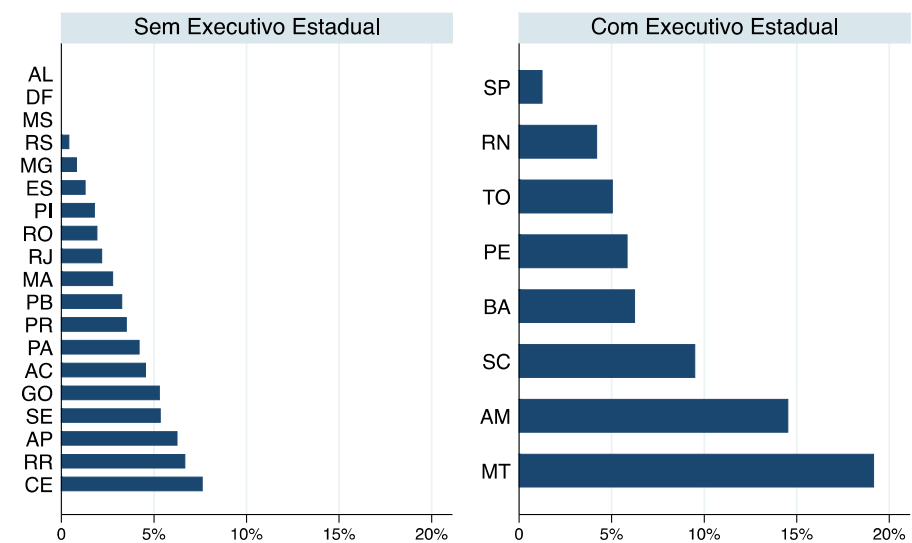
Tabela 5 - % Candidatos do PSD a Reeleição por Estado

	Mean	Sd	min	Max
Sem Executivo Estadual	.0304251	.0241336	0	.076087
Com Executivo Estadual	.0821114	.0592133	.0124031	.1914894
Total	.0457396	.0438821	0	.1914894

Gráfico 5

Candidatos a Reeleição do PSD em 2012

% por estado

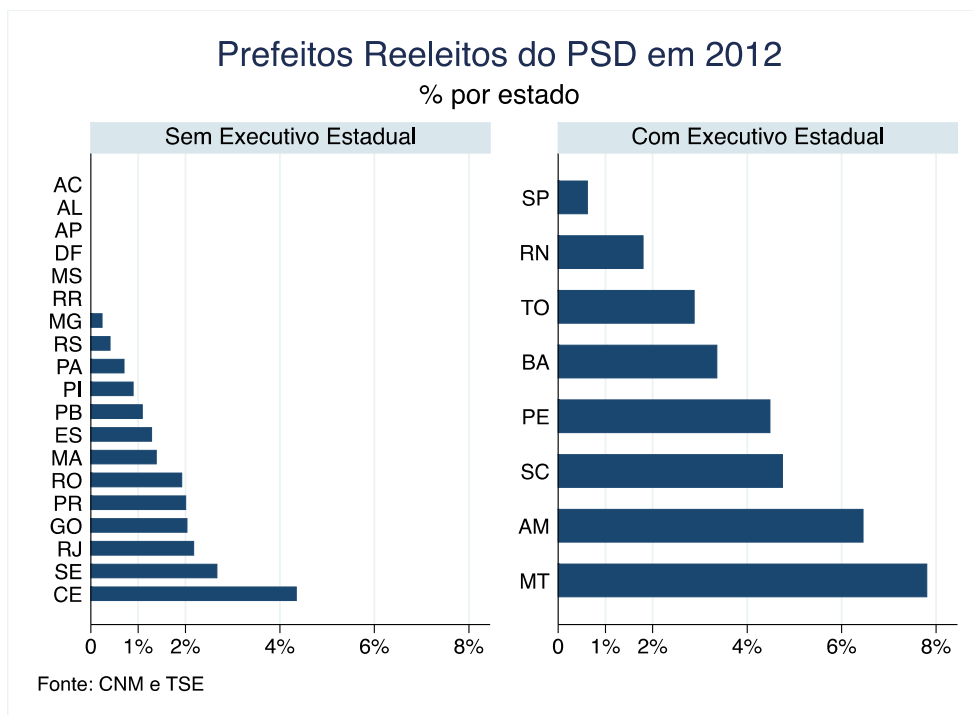


Fonte: CNM e TSE

Tabela 6 - % Prefeitos Reeleitos do PSD em 2012

	Mean	Sd	min	Max
Sem Executivo Estadual	.0111212	.0118628	0	.0434783
Com Executivo Estadual	.0401683	.0236647	.0062016	.0780142
Total	.0197278	.0207579	0	.0780142

Gráfico 6



7. Razão de Chances

Para observarmos os dois ambientes distintos (ter e não ter executivo) utilizamos uma análise de probabilidade¹⁴. A razão de chances de um evento acontecer em cada um dos grupos é p (com executivo) e q (sem executivo), então a razão de chances é:

$$\frac{p/(1-p)}{q/(1-q)} = \frac{p(1-q)}{q(1-p)}$$

Uma razão de chances de 1 indica que a condição é igualmente provável de ocorrer nos dois grupos em questão. Em uma escala de 0 a 1, tem a maior probabilidade de ocorrer um evento no grupo que apresentar o resultado mais próximo de 1.

A tabela abaixo demonstra que a probabilidade de adesão de prefeitos ao PSD, de candidaturas à eleição, candidaturas à reeleição, eleitos e reeleitos é maior em ambientes que tem a presença do PSD no executivo estadual.

¹⁴ Triola, M.F (2005)

Tabela 7- Razão de chances com e sem executivo estadual

	Adesão de Prefeitos ao PSD	Candidatos à eleição	Candidatos à reeleição	Eleitos	Reeleitos
Com executivo estadual	.85	.76	.89	.85	.97
Sem executivo estadual	.15	.24	.10	.15	.02

Referencias:

BARNEA, S.; RAHAT, G. "Out with the old, in with the new": What constitutes a new party? **Party Politics**, v. 17, n. 3, p. 303–320, 2010. Disponível em: <<http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068810369148>>. Acesso em: 10/3/2013.

BLYTH, M.; KATZ, R. "From Catch-All Politics to Cartelisation: The Political Economy of the Cartel Party". *West European Politics*, vol. 28, Nº 1, 2005, pp. 33-60.

BOLLEYER, N. "Inside the Cartel Party: Party Organization in Government and Opposition". **Political studies**, vol. 3, Nº 57, 2009, pp. 559-579.

BOLLEYER, N. "The Change of Party–State Relations in Advanced Democracies: A Party–Specific Development or Broader Societal Trend?" In: Wolfgang C. Muller and Hanne Marthe Narud, *Party Governance and Party Democracy*. New York, Springer, 2013, pp. 231-252.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

DUVERGER, M. **Los Partidos Políticos**. Fondo De Cultura Economica USA, 1957.

GUARNIERI, F. "A força dos partidos fracos". **DADOS**, V. 54, Nº 1, Rio de Janeiro, 2011, pp.235-258.

HARMEL, R.; ROBERTSON, J. D. Formation and Success of New Parties A Cross-National Analysis. **International Political Science Review**, V.6, n.4, oct.1. 1895. pp.501-523.

HAUSS, C.; RAYSIDE, D. The development of new parties in western democracies since 1945. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. *Political Parties: development and decay*. Beverly Hills: Sage. 1978.

HIPPÓLITO, L. **PSD de raposas à reformistas**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

KATZ, R.; MAIR, P. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. **American Review of Politics**, 1993. Disponível em:

<http://scholar.google.com.br/scholar?q=peter+mair&btnG=&hl=en&as_sdt=0,5#9>. Acesso em: 16/6/2014.

KATZ, R.; MAIR, P. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. Sage. 1994.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy The Emergence of the Cartel Party. **Party politics**, 1995. Disponível em: <<http://ppq.sagepub.com/content/1/1/5.short>>. Acesso em: 16/6/2014.

KESTLER, T.; KRAUSE, S. ; LUCCA, J. B. “Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso?”. **Revista Debates**. 7 (2), 2013. 159-171.

KIRCHHEIMER, O. The catch-all party. **The West European Party System**, 1990. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=en&q=catch-all+party&btnG=&as_sdt=1,5&as_sdt=#1>. Acesso em: 4/6/2014.

KRAUSE, S.; GERARDI, D. A. A formação do PSD: quando o executivo é o motor organizativo. **Trabalho apresentado no 8º Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política**, 8a., 2012. Gramado. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontros/8o-encontro-abcp/areas-tematicas/at03-eleicoes-e-representacao-politica/>>. Acesso em: 15/6/2014.

LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. The origin and development of political parties. **Political ...**, 1966. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=Lapalombara;+Weiner&btnG=&hl=en&as_sdt=0,5#2>. Acesso em: 16/6/2014.

LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. Political parties and political development. ,1969. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=Lapalombara;+Weiner&btnG=&hl=en&as_sdt=0,5#0>. Acesso em: 16/6/201 LIMA JÚNIOR, O. DE L. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Graal ed. 1983.

MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford: Clarendon Press.1997.

MICHELS, R. **Political Parties**. Free Press ed. New York: Transaction Publishers, 1962.

PANEBIANCO, A. **Political Parties: organization and power**. Cambridge ed. Great Britain: CUP Archive, 1988.

SAFRAN, W. The Catch-All Party Revisited: Reflections of a Kirchheimer Student. **Party Politics**. V. 5, Nº 5, 2009. pp.543-554.

SOUZA, M. DE. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

TAVITS, M. Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies. *British Journal of Political Science*. Vol.38, January, 2008. pp.113-133.

TRIOLA, M. **Introdução à Estatística**. LTC Editora, Rio de Janeiro, 2005.

WILLEY, J. Institutional Arrangements and the Success of New Parties in old Democracies. **Political Studies**. XLVI, 1998. pp.651-668.

VAN BIEZEN, I.; KOPECKÝ, P. . “The Cartel Party and the State: Party-State Linkage in European Democracies”. **Party Politics**. Vol. 20, N° 2, 2014. pp. 170-182.

VAN COTT, Donna Lee. From Exclusion to Inclusion. Bolivia’s 2002 Elections. **Journal of Latin America Studies**. V.35, n.4, 2003. p.751-755